



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11074 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

**A PRESENÇA DO MST NOS PROCESSOS FORMATIVOS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-UFMS**

Geizi Kelly Floriano Raposo - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Célia Beatriz Piatti - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**A PRESENÇA DO MST NOS PROCESSOS FORMATIVOS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -UFMS**

**Introdução**

No final da década de 1980, os movimentos sociais e sindicais reivindicaram do governo escolas do campo e, como ponto central dessa reivindicação, estava presente a preocupação com a formação docente qualificada e pertinente ao contexto em que o educador do campo atuaria, visto que a educação escolar no campo se constitui com precariedade física, administrativa e pedagógica e, muitas vezes, evidencia a presença de um professor “leigo” para o exercício da profissão (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014).

De acordo com Arroyo (2010; 2012) os movimentos sociais buscavam, por intermédio de suas lutas, uma formação que priorizasse professores do campo nas escolas do campo. Isso parte da constatação de que a maioria dos educadores que trabalha nas escolas denominadas rurais não são do campo. Os professores que partem da cidade para lecionar no campo não conhecem as especificidades da realidade camponesa, tampouco sua identidade, cultura e lutas para continuar existindo em seu território.

É frente a tal questão que este artigo tem origem na dissertação de mestrado concluída - “A presença do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em processos formativos no contexto da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul” cujo objetivo foi analisar se nos processos formativos da referida

instituição de ensino, os Movimentos Sociais, se fizeram presentes desde a implantação do curso, nos processos formativos, em sua matriz teórica analisada através do Projeto Pedagógico do Curso e por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes e docentes do curso.

Para a realização da pesquisa, foram selecionados seis participantes. O critério de seleção para a escolha dos participantes foi três discentes e três docentes de cada área de formação a saber: de Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática, no período de 2014 a 2018.

A opção por selecionar os estudantes que cursaram a Licenciatura da Leducampo/UFMS, de cada área do conhecimento, se deu pela diferença existente na matriz curricular do curso, visto que os acadêmicos têm um quantitativo de horas no núcleo comum, em que todas as disciplinas são comuns a todas as áreas, e uma carga horária referente à área de formação que optaram por cursar.

O presente trabalho, inscrito no campo de Formação de Professores, tem como propósito compreender o lugar dos movimentos sociais, em especial do MST, na implantação e nos processos formativos de constituição dos discentes e docentes da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul a partir de suas narrativas.

A pesquisa se justifica, pois, as matrizes formadoras existentes nos movimentos sociais são utilizadas no contexto formativo do MST como atividades do “agir humano” e são formadoras do ser humano. Para o MST, a afirmação do trabalho configura-se como princípio educativo, sendo o trabalho a base para a construção da práxis como totalidade formadora do ser humano. No entanto, Caldart (2014) ressalta que a categoria da práxis também nos ajuda a compreender que nenhuma matriz pedagógica deve ser isolada ou absolutizada em um único processo educativo.

### **O MST nos processos de formação docente**

O MST, quando presente nos processos formativos para a educação *do e no* campo, pode contribuir para uma reflexão acerca do potencial que os sujeitos coletivos do movimento possuem e sobre suas ações, cuja intencionalidade é a formação do ser humano para a transformação de uma nova realidade. Essa realidade objetiva a emancipação dos seres humanos, a libertação da exploração da classe trabalhadora e a não instrumentalização para capacitar o sujeito para ocupação de postos de trabalho.

Segundo Caldart (2014), o princípio basilar da educação refere-se ao desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas dimensões “[...] buscando que chegue ao máximo de suas potencialidades como ‘indivíduo social’, superando os limites impostos pelas formas históricas de sociedade” (CALDART, 2014, p.154-155). Incorre aos processos educativos a considerar, a priori, as condições de existência social em que cada

indivíduo está inserido.

[...] a produção da existência e a formação do ser humano são inseparáveis: as pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, sua cultura, natureza e sociedade e, fundamentalmente, através do trabalho que é característica distintiva do gênero humano e é a própria vida humana, nas atividades de relação com a natureza, na construção do mundo humano, social. (CALDART, 2014, p. 155).

A formação humana voltada para a emancipação incide em enfrentar o processo de alienação inerente ao modo de produção capitalista, no qual o indivíduo se torna alheio ao que se produz. De acordo com Caldart (2014), uma formação voltada para a transformação social, com objetivo de formar seres humanos mais plenos e completos, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, precisa desalienar-se dentro das próprias relações que os alienam, ainda que inseridos na forma capitalista de sociedade, mas almejando a superação da realidade imposta.

### **Resultados e Análises**

Sendo o objetivo geral desta pesquisa compreender se há ou não presença dos movimentos sociais nos contextos formativos na licenciatura em pauta, no período de 2014 a 2018, primeiras turmas da licenciatura, entre os procedimentos definidos para a análise, entrevistamos estudantes e docentes. Os relatos explicitam a presença dos movimentos sociais, sobretudo do MST em três pontos principais. O primeiro aponta para a participação de alunos militantes dos movimentos sociais, sobretudo do MST, nas duas primeiras turmas da licenciatura 2014/2 e 2015/ 2. Os depoentes afirmam que a participação desses alunos contribuiu para compreender melhor a linha de pensamento dos movimentos sociais, que também “vinham ao encontro com os ideais do curso.”

O segundo ponto indica que os conteúdos ministrados no curso tinham relação com o trabalho que o MST desenvolve. Vale ressaltar que o projeto pedagógico foi aprovado pelo Comitê estadual, no qual um dos seus representantes deveria fazer parte dos movimentos sociais. O MST se faz presente na educação pois tem atuação efetiva em conselhos de educação, assim como em organizações nacionais e internacionais.

O terceiro fator, que evidencia a presença dos movimentos sociais na licenciatura, é a mobilização que tais movimentos, juntamente com os estudantes e docentes organizaram para impedir o fechamento do curso. Em conformidade com Caldart (2012, p. 552) “[...] afirmar que o ser humano se forma na luta social é reafirmar que ele se constitui como humano na práxis, que se educa na dialética entre transformação das circunstâncias e autotransformação”.

Os discentes e docentes apontam vários motivos para a licenciatura não estreitar vínculos mais fortes com o MST. Os docentes apontam a constante luta com a gestão externa para o reconhecimento das demandas do grupo. Em um processo muito

desgastante lutar pela permanência do curso, o que demandava muito tempo e energia dos docentes e, desse modo, não conseguiram estabelecer uma participação mais efetiva e constante. Os movimentos sociais não conseguiram atrair mais alunos para participar do curso.

Um dos docentes entrevistados traz um importante relato que precisa ser problematizado nas Licenciaturas em Educação do Campo- LEDOCS. As universidades públicas, em sua essência burguesa, caracterizam os movimentos sociais, especialmente o MST como terroristas. O preconceito da comunidade universitária ficou explícito ao longo das falas dos depoentes: “[...] terroristas, bichos do mato, aqueles sem-terra o que estão fazendo aqui?” Essa foi uma entre algumas das falas dirigidas aos sujeitos da licenciatura que evidencia o descaso com os trabalhadores do campo dentro da universidade.

Contudo, na compreensão dos entrevistados, discentes e docentes, o MST, assim como os demais movimentos sociais, deveriam ter uma participação mais efetiva nos processos formativos das licenciaturas em Educação do Campo. A participação do movimento ocorre de forma mais evidente na mobilização em prol da continuidade do curso e em algumas práticas dos docentes estabelecidas no PPC do curso em pauta.

### **Considerações finais**

É fato que os movimentos sociais, em diferentes momentos da história, conviveram com a intolerância, a repressão, a perseguição e a violência em diferentes formatos. Frente ao cenário atual, percebe-se que há uma deslegitimação desses movimentos frente às políticas ditatoriais, as quais ameaçam a democracia e, portanto, contra a emancipação dos sujeitos de direitos, inclusive o direito à manifestação, que gera, muitas vezes, um processo coercitivo contra as lutas sociais empreendidas.

Entende-se que a presença dos movimentos sociais pode fortalecer a luta para a existência dos cursos de licenciatura e, portanto, o ingresso da comunidade camponesa na possibilidade de concluir o ensino superior, mas sua presença pode representar diferentes configurações e, por esse motivo, às vezes são excluídos por representarem a crítica a determinadas consolidações contraditórias instituídas em espaços como a universidade.

Desse modo, compreende-se que a presença dos movimentos sociais está explícita nas falas dos discentes e docentes em três pontos principais: mediante a presença dos alunos, também militantes do MST, como também em conteúdos ministrados durante a formação e presencialmente, com ações contundentes no momento em que o curso poderia ser encerrado.

É essa presença que esperamos? Com certeza a luta que se impõe para continuidade de um curso de Licenciatura em Educação do Campo está aberta a dimensões vinculadas aos objetivos sociais da classe trabalhadora. Nesse viés, o MST contribui para pensar em coletivo

e expressa em sua organicidade a compreensão de educação que concebe o ser humano e a produção de sua existência, considerando como motor de suas lutas as contradições impostas pela sociedade capitalista, excludente e autoritária.

Essas contradições exigem bandeiras de luta, legitimidade e a capacidade de organização para mobilização. Bandeira de luta para reivindicar terra, trabalho, direitos e educação. Apesar de as lutas serem travadas em territórios camponeses, ela se estende para outros espaços, como a universidade aqui em pauta, particularmente na Licenciatura em Educação do Campo.

**Palavras-Chave:** Licenciatura em Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Processos Formativos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação do campo: Movimentos Sociais e formação docente. *In:* SOARES, L. et al. **Convergências e tensões no campo da formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARROYO, M. G. Formação de Educadores do Campo. *In:* CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In:* CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-264.

CALDART, R. S. Reforma agrária popular e pesquisa: Desafios de Conteúdo e forma da produção científica *In:* Caldart, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, Universidade e Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo, história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253. jul./dez. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252>. Acesso em: 15 maio 2020.